

Riqueza, pobreza e cultura na Esparta romana: algumas considerações acerca das condições sociais da população da Lacônia nos séculos I a.C. — II d.C

José Francisco de Moura

Abstract

This article intends to reflect about some of the laconian population's social conditions in Roman times.

A Esparta dos períodos arcaico e clássico da história grega caracterizou-se por ser uma *pólis* poderosa e influente em toda a Hélade. Detentora de um poderoso exército e dominando uma região que incluía a região da Lacônia e a vizinha Messênia, Esparta era seguramente o mais estável Estado grego daquele período, em que pese toda a tensão social oriunda de uma população servil muito grande e inconformada.

O colapso do poderio espartano começa ainda no período em que ela vence a sua maior rival, Atenas, na chamada Guerra do Peloponeso. A herança de um império que Esparta não estava preparada para administrar fez aumentar as rivalidades internas e unir contra si aliados históricos. Como conseqüência, Esparta, durante o final do período clássico, teve seu território reduzido a menos da metade do que era antes. A perda da Messênia em 370 a.C. jamais conseguiu ser revertida e a tendência crescente foi a concentração de terras restantes nas mãos de uma aristocracia cada vez mais distante dos ideais *poliades* da Esparta Clássica.

No período Helenístico aconteceram várias rebeliões contra essa situação. As revoltas de Agis (c. 240 a.C.), complementada pelas reformas radicais Cleómenes (227 a. C.), e, posteriormente, os movimentos de Nabis e Machanidas são alguns exemplos. Esses processos de redistribuição de terras e de riquezas, contudo, não foram duradouros, sendo derrubados logo após suas implementações. Foram movimentos de rebelião político-

social incapazes de fazer Esparta vir a ser novamente uma comunidade de ponta no mundo mediterrâneo.

Com o estabelecimento do domínio romano, as guerras entre as comunidades gregas cessaram. No final do período Republicano, mais especificamente entre c. 88-30 a.C., a Grécia ainda se viu envolvida de alguma forma nas guerras de sucessão imperial romana. Mas como afirma Crawford (1977: 45), os efeitos dessas guerras palacianas na economia gregas parecem não ter sido significativos. Nada parecido com as guerras anteriores. Posteriormente, a região passou por um período de ausência de guerras sem precedentes na sua história. Era de se esperar, por isso mesmo, que a Grécia conseguisse desenvolver-se economicamente e alcançar um mínimo de estabilidade econômica e social. Como pretendemos demonstrar nesse artigo, uma certa estabilidade política, econômica e social ocorreu, mas a um custo muito alto.

Pode-se afirmar com certeza que as desigualdades de riquezas sempre foram um tônica na sociedade espartana. Isso levou a historiadora Chrimes (1949: 1999) a considerar que, no período romano, Esparta teria mantido a mesma estrutura político-econômica dos períodos anteriores. Na verdade, essa hipótese deixa de analisar o caráter descontínuo e diferente dos dois contextos. Durante o período de dominação romana essas desigualdades econômicas chegaram a índices absurdamente altos, incomparavelmente mais problemáticos que as diferenças observadas em relação ao período Clássico. Muito das diferenças de prestígio e riqueza do período romano advinha da aliança, por vezes implícita por vezes explícita, entre as elites locais e a aristocracia romana, o que estimulava uma concentração poder nas mãos de poucas pessoas.

Sabemos que os romanos tinham uma grande admiração pelo antigo regime de vida espartano. Esse regime, embora tenha mudado bastante através dos séculos, passava a imagem de uma estrutura fossilizada. Cícero, por volta de 60 a.C., afirmou que os espartanos teriam ficado 700 anos com as mesmas leis e costumes (*Pro Flacco* 63). Ele provavelmente havia tirado essa informação da própria população local. Sabe-se que ele visitou Esparta em c. 77 a.C., quando ainda era jovem estudante de retórica, história e política.

Parece evidente que a elite espartana tirava vantagem dessa aparente imagem de fossilização que as leis e os costumes espartanos passavam. Ao mesmo tempo que se vinculava geneologicamente com figuras herói-

cas e mesmo históricas de um passado distante, os aristocratas espartanos se uniam em relação de clientelismo e amizade com a elite aristocrática romana. Muitos aristocratas espartanos se diziam herdeiros de Hércules, dos Dióscuros, e até mesmo dos antigos reis e de generais, como Brásidas e Lisandro. Muitas das inscrições que nos chegaram do período mostram que esses “herdeiros” dominavam as principais magistraturas da cidade (*IG* v.1.19.16; *IG* v.1.20b; *SEG*. XI 565;). Mas eles também cultivavam o culto imperial, faziam alianças de poder com famosos e poderosos homens de ricas famílias romanas, misturando seus nomes com os de origem latina, numa tentativa de aproximação e identificação com a aristocracia romana. O domínio de uma elite aristocrática em Esparta passava fundamentalmente por sua estreita relação com as estruturas de poder imperial.

Embora as fontes não sejam extensas a esse respeito, elas revelam, superficial e indiretamente, que essas relações eram intensas. Cícero, por exemplo, tinha um cliente espartano chamado Philippus, com o qual se correspondia com certa frequência. Durante o Principado, vários espartanos ganharam cidadania romana, e muitos desses cidadãos tinham assumido o nome do imperador ou de seus amigos romanos influentes.

O estabelecimento do culto imperial, porém, é de período bem conhecido. Ele foi implementado pelo rico e influente espartano Eurycles. Ele havia participado como comandante de nau de guerra da batalha de Actium (*PLUTARCO Brutus* 41.4; 46.1; *PAUSÂNIAS VIII* 9.6). Como prêmio pelo seu esforço, ele tornou-se um dos protegidos do imperador. Ele introduziu o culto imperial na *ágora* espartana, sendo o primeiro sacerdote a organizar o mesmo. Suas relações com a elite romana foram tão estreitas que recebeu o próprio Augusto em sua casa para um jantar. Em vista dessa amizade influente e com serviços prestados a Roma, ele recebeu de presente a ilha de Citera das mãos dos romanos, o que provavelmente triplicou sua fortuna. Como prêmio por sua participação na referida guerra, Esparta também ganhou territórios ao norte, refazendo suas fronteiras da época de Nábis (188 a.C.).

A riqueza de Eurycles era com certeza baseada na terra. Ele possuía uma grande quantidade de terras em Asopos, extensas o suficiente para precisar de três intendentes (*IG* v 1.970). Sabe-se que possuía terras no leito do Eurotas, das quais retirava barro para a produção de telhas (*BCH* 95, 1971, 88). Além disso, seu pai e ele mesmo tinham relações com a ilha de Citera, onde provavelmente possuíam terras e efetuavam o comércio. Eurycles investiu parte de sua riqueza na construção de dois ginásios em Esparta, ainda vistos por Pausânias quase dois séculos depois.

Outros nomes de ricos cidadãos espartanos com cidadania romana são só superficialmente conhecidos. Um tal *Aelli* teria recebido a cidadania romana das mãos do próprio imperador Adriano quando de uma de suas visitas a Esparta. Sabemos também que um espartano de nome *Tyndareos* era enamorado do consul *L. Mestrius Florus* no período de Vespasiano. Cartledge (1992: 166), porém, estudando as listas de nomes que nos chegaram por inscrições, chegou à conclusão que de 13 a 27 por cento dos magistrados teriam cidadania romana entre os séculos I a.C — II d.C.

Que a situação econômico-social desses homens era privilegiada não há dúvidas. Sabe-se muito bem que Roma concedia cidadania nas colônias sobretudo a indivíduos de notória situação econômica. A relação estreita dos magistrados locais com Roma pode ser um forte indicador da situação econômica dos primeiros.

A arqueologia tem demonstrado, por outro lado, que a Esparta do período romano era, em vários aspectos, uma cidade completamente diferente da Esparta Arcaica e Clássica. Primeiramente, com relação ao urbanismo, verifica-se que a antiga pólis não tinha muralhas. Já no período romano, a cidade era protegida por uma grande fortificação, com parte significativa da população morando em seu interior.

A população de cidadãos era, anteriormente, espalhada através de cinco vilarejos, dos quais restam pouquíssimos sinais de estruturas de casas urbanas ou rurais. As fontes escritas informam-nos do caráter pobre dessas casas (XENOFONTE, *Agesilaos* 18.7; PLUTARCO, *Agesilaos* 19; Licurgo 13) que possivelmente eram feitas de madeira. Provavelmente em vista disso, poucas informações sobre a arquitetura residencial dos períodos Arcaico e Clássico nos chegou por via arqueológica.

Conhece-se, pelo contrário, várias casas (mansões) espartanas do período romano. Muitas delas possuíam acabamentos em mármore e eram portadoras de jardins e sofisticadas pinturas nas paredes. Algumas delas notabilizam-se ainda por magníficos mosaicos de pedras importadas, nos quais estavam representadas temáticas variadas (RAFTOPOULOU, 1998: 126).

No que se refere aos cemitérios, as diferenças também são marcantes. Nos períodos Arcaico e Clássico, não havia um cemitério fixo em Esparta. Os mortos eram enterrados em tumbas familiares, normalmente sem inscrições ou oferendas. Muitos eram enterrados em tumbas simples espalhadas pelo território. Já o período romano se caracteriza por cemitérios fixos, localizados fora da região muralhada. Nestes, notabilizam-se a enorme diferença social e econômica dos mortos, uns enterrados em co-

vas rasas e simples, outros em suntuosas tumbas com portas de mármore trabalhado.

Em relação ao campo, a diferença dos períodos também é marcante. As fazendas do período Clássico eram quase sempre de pequenas medidas, embora haja evidências de algumas poucas grandes fazendas (CAVANAGH: 1996). Em geral, a população era fortemente concentrada em torno dessas fazendas, principalmente as localizadas no vale do Eurotas. Essa constatação tem levado os arqueólogos a considerarem o caráter nucleado da ocupação da Esparta Arcaica e Clássica, o que implicaria dizer que existiria um grande número de pequenas fazendas povoadas próximas umas das outras.

No período romano, houve, segundo mesmas prospeções arqueológicas, um forte despovoamento do campo. O número de fazendas conhecidas pela arqueologia no período é muito menor do que as verificadas nos períodos anteriores, sobretudo o período Clássico. As prospeções têm revelado que imensas regiões simplesmente apresentaram um “vácuo” populacional. Isso pode significar que grandes fazendas substituíram e incorporaram as antigas, com grandes áreas sendo exploradas por poucos homens nas atividades de agricultura e pastoreio.

O gigantismo dos vasos de estocagem de grãos desse período — os *pitthoi* e os *dinoi* — em contraste com seu pequeno número e tamanho menor nos períodos Arcaico e Clássico, pode ser outro sinal de um grande excedente de grãos da colheita e um sinal da necessidade de maior estocagem por fazenda.

As características diferenciadas do campo no período romano são atestadas por outras fontes. No final do segundo século da era Romana, Pausânias visitou a região da Lacônia e constatou que uma série de antigas comunidades periecas não mais existiam, assim como testemunhou a presença de templos fechados, fortificações em ruínas e locais de culto que estavam fora de uso (III 10.7; 20.3; 20.8; 21.2; 22.3; 22.11; 31.13; 24.2; 24.6; 25.9).

Essa imagem de abandono do campo pode passar a imagem de que houve uma diminuição drástica da população em relação aos períodos anteriores. Em contraste, deve-se observar que a arqueologia encontrou um grande número de construções que datam da época romana: casas, teatros, *stoa*, termas e banhos, todos datados com exatidão no período romano. A maioria dessas construções, porém, está localizada nas vizinhanças ou no interior das muralhas da cidade, o que nos faz inferir sobre o caráter concentrado da população.

Na verdade, isso se explica tendo em vista que as condições econômicas e sociais eram de tipo muito diferente nesse período. Não havia, na época romana, os entraves para o comércio e para a venda da produção agrícola observados no período Clássico. As moedas já há muito tinham deixado de ser um item proibido pelo governo. Constatase pela arqueologia que, das moedas conhecidas de antigas e novas escavações, a grande maioria é do período romano e bizantino. Não se conhece, em contrapartida, uma única moeda que tenha sido descoberta no território lacônio que date a um período anterior a 360 a.C.

Havia famílias espartanas tão ricas que pertenciam às fileiras das classes senatorial e equestre, acumulando, via censo, quantidades de riquezas que chegavam a 1.000.000 e 400.000 sestércios, respectivamente. Informações isoladas sobre liturgias atestam riquezas desses poucos homens. Um tal C. Iulis Agesilaos teria patrocinado sozinho a festa da Leonidéia, gastando um total de 44.000 sestércios de uma só vez.

Todas essas informações combinadas parecem apontar para uma concentração de terras nas mãos de poucos pessoas durante o período romano, concentração essa que teria sido um fenômeno muito mais radical do que o verificado anteriormente. Grande parte da população vivia na zona muralhada, deixando o campo apenas para uso como plantação e pastoreio da elite aristocrática. A riqueza de alguns poucos espartanos deveria vir dessa exploração do solo lacônio, embora não haja maiores evidências arqueológicas para determinar com exatidão a origem de tais riquezas. As fontes escritas pouco informam a respeito da produção agrícola lacônia, mas há evidências de venda de óleo para Roma datando do século IV d.C. (CARTLEDGE, 1992: 182), caracterizando o que poderia ter sido uma antiga prática.

As exigências para ser cidadão espartano mudaram com o passar dos séculos. Não era mais necessário possuir terras e alguma renda para pagar as *sissítias*, que continuavam simbolicamente existindo. Se no período Arcaico-Clássico era proibido a um cidadão espartano exercer profissões manuais (XENOFONTE, *A Constituição dos Lacedemônios* 7.2), o mesmo não ocorria no período romano. São conhecidos através de inscrições o nome e a profissão de vários cidadãos espartanos. Alguns deles eram artesãos, um era médico, um outro arquiteto e um ainda gladiador. Havia também um instrutor de esportes e um cozinheiro.

Para Cartledge (1992: 167-8), os nomes desses homens indicam que eles eram descendentes de *hilotas* libertados e transformados em cidadãos por Nábis em c. 188 a.C. Muitos desses homens tinham nomes bizarros, diferentes dos da elite aristocrática: um se chamava *Lycus*, lobo, ou-

tro *Anthus*, cujo significado é flor. Embora cidadãos, esses homens viviam lado a lado com escravos, exercendo o mesmo tipo de ofício, algo impensável para a Esparta dos períodos precedentes. Alguns poucos “privilegiados” conseguiam trabalhar como ajudantes dos magistrados em suas atividades cívicas diárias.

O desenvolvimento do artesanato, da profissão de médico e até mesmo das letras demonstram o quão diferente a sociedade espartana desse período havia se tornado. Desde o período Helenístico, Esparta parece ter abdicado da insolvência cultural que a caracterizava. Surgem, ainda no III século antes da nossa Era, os primeiros historiadores locais, dos quais Sosíbios e Aristócrates são dois dos exemplos mais conhecidos. Esses historiadores tinham como pressuposto narrar as antiguidades locais, racionalizar as genealogias e a mitologia local. Nesse sentido, eles estavam dentro da onda intelectual do antiquarismo letrado helenístico.

Outras evidências apontam para o fato de que os espartanos passaram a ter uma educação na qual o domínio da escrita não era mais visto com preconceito. As cartas bíblicas do rei Areus aos sacerdotes judeus atestam que o caráter restrito da comunicação letrada, que havia marcado a escrita do período Clássico, havia cessado. Da mesma forma, o caráter extenso da epigrafia helenístico-romana difere radicalmente da forma resumida e restrita com que era praticada antes (CARTLEDGE: 1978; BORING: 1978).

Da mesma forma, Esparta parece ter se caracterizado em desenvolver outras atividades intelectuais no período romano. Sabe-se que ela formou uma escola de medicina ou algo que se assemelhasse. Conhece-se o nome de um médico de Citera que tinha prestígio na ilha por ter aprendido sua atividade em Esparta e na pequena Boiai (*IG* v 1.1145).

Esparta também caracterizou-se pelo aproveitamento do barro para produção de telhas, pela produção da tinta púrpura vinda das conchas marinhas e por pinturas de mosaico. Outro mecanismo de exploração de recursos naturais era a venda de animais selvagens da região do Taygetos (PAUSÂNIAS III 20.4). Os homens que exerciam esses ofícios também podiam variar de estatuto, indo de cidadãos a escravos.

Essas atividades não agrícolas eram com certeza insuficientes para absorver toda a mão-de-obra livre. Na verdade, muitos desses homens de nomes estranhos mencionados acima podem ter tido uma relação de clientela para com os homens das ricas famílias, trabalhando em suas terras e casas em troca de favores ou mesmo por eventuais pagamentos por serviços prestados. Não era o fato de serem cidadãos que os igualava em termos de *status* aos membros mais ricos da sociedade. Não há nas listas de

gerontes e nas listas de demais magistraturas do período, referências de que homens que praticassem esses ofícios ocupassem cargos importantes, o que pode ser outro sinal do contínuo controle das magistraturas e cargos públicos por famílias aristocráticas cuja riqueza era oriunda da terra.

Uma das explicações para esta paulatina mudança com relação à relativa valorização de alguns ofícios se explica em função das alterações ocorridas em relação ao antigo sistema de trabalho compulsório. A hilotagem havia acabado, embora a escravidão comum persistisse. Vários fenômenos ocorreram para o fim da mesma. Com o fim das guerras, tornava-se difícil a substituição continuada de mão de obra. A concentração de terras, por outro lado, implicava a deterioração da situação dos *hilotas* agricultores presos a terra, que não conseguiam se reproduzir como classe servil. A destruição dos pequenos lotes teria levado a uma necessidade de menos homens por fazenda. O que as prospecções em geral têm revelado para a condição social da terra nos períodos helenístico e romano é que quanto maior a fazenda vinha a ser, menor, proporcionalmente, a necessidade de *hilotas* para nela trabalharem.

Por fim, a libertação de muitos *hilotas*, ocorridas nos séculos anteriores, aliada à fuga de muitos outros durante as guerras e invasões do território lacônio pós 370 a.C., teriam afetado drasticamente a quantidade de população que habitava o campo e que trabalhava compulsoriamente nas fazendas dos espartanos. Não é à toa que a partir da perda da Messênia em 370 a. C., não mais se ouve falar em revoltas de *hilotas*.

No período romano, os ricos aristocratas da terra com certeza possuíam escravos. Mas, lado a lado com esses, estavam trabalhadores livres, alguns até mesmo cidadãos, que faziam atividades sazonais e que estavam presos em relação de dependência para com os ricos proprietários.

Parte da região da Lacônia havia sido separada do domínio espartano em c. 21 a.C... Sabemos por Pausânias (III 21.6) que o imperador Augusto havia dado independência a várias comunidades *periecas*, que fundaram uma espécie de liga chamada Eleuterolacônias. Isso teria diminuído ainda mais o poder de Esparta na região, embora não tivesse afetado não o poder das ricas famílias. Essas continuaram a fazer alianças de casamentos com ricos homens dessas comunidades, acumulando terras em distintas regiões.

O desenvolvimento de toda uma rica vida cultural, manifestada em festivais e em espetáculos teatrais pomposos, cuja atividade de flagelação dos jovens no templo da Artemis Orthia é um dos mais bizarros exemplos, deve ser entendido no bojo dessas transformações econômicas e sociais. Nesse período, Esparta tinha pessoas com riqueza suficiente para investir

sozinhas em tais festivais, nas festas em honra dos deuses (e dos imperadores) e nos espetáculos teatrais. Essas festividades atraíam a elite romana e as de outros locais da Grécia, estreitando o contato com as elites locais, o que era por si só uma ocasião suficiente para reproduzir a situação político-econômica da cidade.

Diferentemente do período Arcaico e Clássico, quando tais rituais festivos tinham a função de integração social em torno de um projeto militarista e cívico altamente pontuado, os espetáculos do período romano acabavam servindo para exibir o poderio dos ricos locais e criar as condições necessárias para as elites aristocráticas estreitarem seus laços de amizade e identidade.

Conclusão

A aristocracia espartana no período romano apropriava-se do passado e do presente para fins de reproduzir-se como grupo político-econômico dominante.

Por um lado, ela associava-se por descendência genealógica a heróis e espartanos famosos do passado, usando seus antigos nomes no intuito de identificarem-se mais diretamente com os referidos personagens.

A identificação pura e simples com o passado não era, porém, suficiente para assegurar-lhe a hegemonia na Lacônia. Era necessário aliar-se com a aristocracia romana por relações de clientela, favorecimento e reprodução da ideologia imperial dentro da própria Esparta. Isso foi feito várias formas: uso de prenomes latinos de famílias romanas importantes e influentes, celebração de festividades em que autoridades romanas eram homenageadas e gastos públicos em construções cívicas e espetáculos.

O resultado dessa aliança entre a aristocracia espartana e a romana foi o aumento das desigualdades econômicas e políticas na Lacônia. A Esparta dos séculos I e II da nossa era, por exemplo, se caracterizou por uma crescente diminuição da população rural, uma concentração exagerada de pessoas na região muralhada e uma disparidade de riquezas sem precedentes em sua história.

A Esparta Romana parece, arqueologicamente falando, mais próspera do que a Clássica. Isso porém, não condizia com a situação social na região, marcada por incríveis disparidades econômicas, políticas e sociais. Na verdade, uma minoria de proprietários de terras construiu mansões, tumbas e edifícios públicos mais duradouros do ponto de vista da cultura material, deixando uma impressão de vitalidade social que não correspondia às reais condições da maioria da população.

Essa minoria tinha acesso às principais magistraturas, usando de suas prerrogativas de poder para estimular uma arcaicizante manutenção de certos costumes e leis, passando uma falsa idéia de continuidade com a Esparta do período Arcaico e Clássico. O fim dos entraves ao comércio, o desenvolvimento da produção artesanal, das letras e de algumas profissões antes desprezadas são os exemplos mais consistentes de que a Esparta Romana tinha muito pouca relação com a Esparta de séculos anteriores.

Documentação Textual

- CÍCERO. *Pro Flacco*. Trad. Louis E. Lord. In: SEG — *Supplementum Epigraphicum Graecum*. vol. XI. Harvard University Press, 1947.
- INSCRIPTIONES GRAECUM. Vol. V — Laconia and Messenia.
- PAUSANIAS. *Guide to Greece. Vol. 2. The Southern Greece*. Transl. Peter Levi. Cambridge: Harvard University Press, 1977.
- PLUTARCH. *Lives*. Trad. B. Perrin. Cambridge: Harvard University Press, s/d.
- STRABO. *The Geography of Greece Vol. IV*. Cambridge: Harvard University Press, 1987.
- XENOPHON. *Scripta Minora*. Transl. E.C Marchant 7.ed. London: Cambridge: Harvard University Press, 1993.

Bibliografia

- BORING, T. *Literacy in Ancient Sparta*. Lugduni Batavorum E.J. Brill MCMLXXIX, 1978.
- CRAWFORD, M.H. Rome and Greek World: Economic Relationship. In: *Economic History Review*, 30: 42-51, 1977.
- CARTLEDGE, P. e SPAWFORTH, A. *Hellenistic and Roman Sparta, A Tale of Two Cities*. London: Routledge, 1992.
- CARTLENGE, P. Literacy in Spartan Oligarch. In: *JHS*: 25-37. 1978.
- CAVANAGH, W. *et alli. Laconia Survey*. Vol. II. London: BSA, 1996
- CHRIMES, K.M.T. *Sparta. A Re-examination of Evidence*. Manchester University, 1999. (1949)
- RAFTAPOULOU, S. New Finds of Sparta. In: *Sparta in Laconia*. London: BSA Studies 4, 1998. pp. 125-140.